



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**PORTARIA GP Nº 31, DE 28 DE MAIO DE 2018**

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Desembargador FERNANDO DA SILVA BORGES  
Presidente do Tribunal



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**ANEXO**  
**UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**MAIO/2017 a ABRIL/2018**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS														
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	103.164.504,54	100.559.370,02	98.389.458,44	99.694.582,72	99.626.368,21	98.699.441,82	157.874.999,79	133.803.984,18	147.635.026,43	100.541.672,43	103.904.934,77	103.801.487,71	1.347.695.831,06	17.551.284,76	1.365.247.115,82
<b>Pessoal Ativo</b>	78.156.549,34	77.051.088,94	75.171.689,83	76.192.648,99	75.627.254,82	75.174.860,85	121.065.683,14	101.740.049,78	111.181.608,10	75.821.855,44	78.644.718,75	78.511.684,53	1.024.339.692,51	14.227.393,70	1.038.567.086,21
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	66.899.066,24	65.565.592,48	63.722.152,45	64.781.703,72	64.218.608,79	63.788.821,89	97.687.377,41	89.132.542,30	99.481.922,47	64.168.130,17	67.081.838,99	66.979.909,00	873.507.665,91	3.153.294,99	876.660.960,90
Obrigações Patronais	11.257.483,10	11.485.496,46	11.449.537,38	11.410.945,27	11.408.646,03	11.386.038,96	23.378.305,73	12.607.507,48	11.699.685,63	11.653.725,27	11.562.879,76	11.531.775,53	150.832.026,60	11.074.098,71	161.906.125,31
Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	25.007.955,20	23.508.281,08	23.217.768,61	23.501.933,73	23.999.113,39	23.524.580,97	36.809.316,65	32.063.934,40	36.453.418,33	24.719.816,99	25.260.216,02	25.289.803,18	323.356.138,55	3.323.891,06	326.680.029,61
Aposentadorias, Reserva e Reformas	22.008.529,53	20.996.745,47	20.696.410,96	20.995.189,38	21.484.796,06	21.027.102,32	32.962.060,36	29.339.097,63	32.614.690,51	22.167.625,60	22.628.787,10	22.675.191,81	289.596.226,73	2.136.905,61	291.733.132,34
Pensões	2.999.425,67	2.511.535,61	2.521.357,65	2.506.744,35	2.514.317,33	2.497.478,65	3.847.256,29	2.724.836,77	3.838.727,82	2.552.191,39	2.631.428,92	2.614.611,37	33.759.911,82	1.186.985,45	34.946.897,27
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	25.028.831,17	23.524.852,90	23.229.769,85	23.503.951,87	24.482.130,39	4.009.031,90	8.127,90	32.011.664,27	38.049.405,03	24.905.066,08	28.746.585,81	25.374.835,20	272.874.252,37	8.688.320,46	281.562.572,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração													0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	20.875,97	16.571,82	12.001,24	2.018,14	483.017,00	12.631,82	8.127,90	32.011.664,27	1.595.986,70	185.249,09	3.486.369,79	85.032,02	37.919.545,76	8.688.320,46	46.607.866,22
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	25.007.955,20	23.508.281,08	23.217.768,61	23.501.933,73	23.999.113,39	3.996.400,08	0,00	0,00	36.453.418,33	24.719.816,99	25.260.216,02	25.289.803,18	234.954.706,61	0,00	234.954.706,61
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	78.135.673,37	77.034.517,12	75.159.688,59	76.190.630,85	75.144.237,82	94.690.409,92	157.866.871,89	101.792.319,91	109.585.621,40	75.636.606,35	75.158.348,96	78.426.652,51	1.074.821.578,69	8.862.964,30	1.083.684.542,99

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.072.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.083.684.542,99	0,145729%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.897.704.429,82	0,255194%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.802.819.208,33	0,242434%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LR)	1.707.933.986,84	0,229675%

FONTE: Tesouro Gerencial, Coordenadoria de Controle Interno, 22/05/2018 e 11h e 00m



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

NOTA(S):

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 – TCU – Plenário, não foram incluídas:
- a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 20.022.982,05;
  - b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 4.784.441,03.
- 3) Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006-TCU-Plenário, não foi incluído o valor de R\$ 138.745,42 referente a "Precatórios da Administração Indireta".
- 4) Em relação ao Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar referente ao período de janeiro a dezembro de 2017, publicado no DOU de 29/01/2018, pg.170, na coluna "Demais obrigações financeiras", especificamente quanto as linhas "Recursos ordinários" e "Total dos recursos não vinculados" onde se lê R\$ 8.688.320,46, leia-se R\$ 0,00 e na linha "Total", onde se lê R\$ 8.818.594,30, leia-se R\$ 130.273,84. Nas colunas "Disponibilidade de caixa líquida" e "Restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício", na linha "Total dos recursos não vinculados", onde se lê R\$ 31.291.860,15, leia-se R\$ 39.980.180,61 e na linha "Total", onde se leem, respectivamente, R\$ 69.651.496,29 e R\$ 51.919.737,71, leia-se R\$ 78.339.816,75 e R\$ 60.608.058,17.
- 5) Em relação ao Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2017, publicado no DOU de 29/01/2018, pg. 171, nas colunas "Inscrição em restos a pagar não processados" e "Suficiência antes da inscrição em restos a pagar não processados", especificamente quanto a linha "Valor apurado nos demonstrativos respectivos", onde se leem, respectivamente, R\$ 51.919.737,71 e R\$ 69.651.496,29, leia-se R\$ 60.608.058,17 e R\$ 78.339.816,75.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL  
EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

R\$ 1,00

		DESPESAS EXECUTADAS		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		1.365.247.115,82		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		281.562.572,83		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		1.083.684.542,99		
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		743.632.072.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,145729%		
		% DA RCL	VALOR	
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III		0,249272%	1.853.666.538,52
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2: ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,249200%	1.853.131.123,42
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2: ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,219360%	1.631.231.313,14
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2: ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,218952%	1.628.197.294,29
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 \3		0,255194%	1.897.704.429,82

Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser  
Diretor-Geral

Sinval Alves Fernandes  
Responsável p/ Controle Interno

Fernando da Silva Borges  
Desembargador Presidente do Tribunal